



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO *HABEAS CORPUS* DE Nº 0325870-4 – VARA DA
COMARCA DE CARPINA

Embargante: Sólton Jerônimo de Melo Neto
Embargado: Primeira Câmara Criminal
Relator: Roberto Ferreira Lins
Relator convocado: Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERPOSTOS CONTRA ACÓRDÃO QUE DENEGOU A ORDEM PERSEGUIDA EM SEDE DE *HABEAS CORPUS*. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÕES E OMISSÕES NO JULGADO. NÃO-ACOLHIMENTO. CONTRARIEDADES APONTADAS NÃO CORRESPONDENTES ÀS CONTRADIÇÕES ELENCADAS NO ART. 619 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL E DESAFIADORAS DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. NECESSIDADE DE QUE A CONTRARIEDADE EXISTA ENTRE ASSERTIVAS VENTILADAS NO PRÓPRIO CORPO DO ACÓRDÃO E NÃO ENTRE ESTE ÚLTIMO E ELEMENTOS EXTERNOS, COMO AS ALEGAÇÕES DO PRÓPRIO EMBARGANTE ANTES REJEITADAS. INEXISTÊNCIA DAS OMISSÕES APONTADAS. ALEGADAS OMISSÕES NÃO CORRESPONDENTES À AUSÊNCIA DE PRONUNCIAMENTO DA DECISÃO IMPUGNADA ACERCA DA TOTALIDADE DE UMA QUESTÃO OU MATÉRIA ANTES VENTILADA PELO EMBARGANTE. DESOBRIGAÇÃO DO ÓRGÃO JULGADOR DE REBATER, UMA A UMA, AS ALEGAÇÕES DAS PARTES. SUFICIÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE UM SÓ FUNDAMENTO QUE COINCIDA OU NÃO COM AQUELES VENTILADOS PELA PARTE IRRESIGNADA. PRECEDENTES. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO QUE BUSCAM, EM VERDADE, REDISCUTIR A MATÉRIA JÁ DEVIDAMENTE ABORDADA NO PRESENTE *HABEAS CORPUS*. REMÉDIO PROCESSUAL ESCOLHIDO TOTALMENTE INADEQUADO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS, PORÉM REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME.

1. Nos termos do artigo 619 do Código de Processo Penal, o escopo dos Embargos declaratórios outro não é senão o de sanar, na decisão atacada, a existência de eventual ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão, ultimando esclarecer o teor ou a linguagem ali empregada, e não rediscutir as questões de mérito já discutidas ou a sua interpretação.
2. A contradição sobre a qual versa o citado dispositivo legal e que autoriza a interposição de Embargos de declaração é, evidentemente, aquela existente no próprio corpo da decisão atacada, vale dizer, aquela consubstanciada na contrariedade entre duas ou mais assertivas nela veiculadas, e não aquela eventualmente existente entre ela e quaisquer elementos externos, como as alegações do próprio embargado, a qual desafia outro remédio processual.
3. Por não se referir ao teor do próprio Acórdão, mas sim a elementos externos, nenhuma das contrariedades apontadas pelo embargante corresponde à contradição que autoriza a interposição de Embargos de declaração.
4. As omissões que desafiam a interposição do citado remédio correspondem à falta de pronunciamento sobre uma ou mais questões ou matérias contra as quais



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO *HABEAS CORPUS* DE Nº 0325870-4 – VARA DA
COMARCA DE CARPINA**

se insurgiu, anteriormente, o embargante em sede de outro recurso ou remédio processual.

5. Outrossim, para exarar uma decisão acerca de qualquer matéria levada a seu conhecimento, não está o órgão julgador obrigado a analisar, uma a uma, todas as alegações a ela relacionadas e trazidas a tona pelos litigantes, bastando, para tanto, que indique apenas um fundamento ou linha de argumento, coincidente ou não com aquelas ventiladas na irresignação.

6. Logo, apenas existe verdadeira omissão quando a decisão impugnada deixar de abordar, por completo, determinada questão ou matéria, não havendo que se falar no citado defeito se o órgão julgador a aprecia com o auxílio de um único e suficiente fundamento, deixando de abordar um, alguns ou mesmo todos os argumentos apresentados pela parte.

7. No caso vertente, são inexistentes todas as omissões apontadas pelo embargante, vez que a matéria a elas associadas foi devidamente abordada por este Juízo, com indicação suficiente dos fundamentos que permitiram alcançar cada conclusão.

8. Embargos de declaração conhecidos e rejeitados, unanimemente.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração interpostos contra Acórdão que julgou o *Habeas Corpus* de Nº 0325870-4 – Vara Da Comarca de Carpina, em que são partes as acima indicadas. Acordam, unanimemente, os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na sessão ocorrida no dia / / conhecer e rejeitar os presentes embargos de declaração, tudo de acordo com a ementa e os votos anexos.

Recife, de de .


Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Relator convocado



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO HABEAS CORPUS DE Nº 0325870-4 – VARA DA
COMARCA DE CARPINA**

Embargante: Sólon Jerônimo de Melo Neto
Embargado: Primeira Câmara Criminal
Relator: Roberto Ferreira Lins
Relator convocado: Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos declaratórios com pretensão de efeitos infringentes interpostos por Sólon Jerônimo de Melo Neto contra o Acórdão prolatado pela 1ª Câmara Criminal deste Tribunal no julgamento do *Habeas Corpus* de nº 325870-4, que denegou a ordem impetrada em favor de **Carlos Gustavo Belarmino da Silva**.

Aduz o embargante que o mencionado Acórdão conteria uma série de contradições, vez que: 1) constaria dele nomes diversos do impetrante, do paciente e da Procuradora de Justiça que ofertou o Parecer; 2) afirmaria ele que o Auto de prisão em flagrante não teria feito referência à “cidade de Prazeres”, em contrariedade com o teor do citado documento e com as alegações do impetrante; 3) a afirmação de que, no mesmo Auto de prisão em flagrante e no Auto de apresentação e apreensão, os nomes da autoridade policial, das testemunhas e do condutor estariam devidamente indicados contradiria as alegações do impetrante e o teor destes documentos; e 4) o reconhecimento da existência de prova da materialidade do crime e de indícios de autoria do paciente estaria em contradição com a exigência de que o laudo definitivo da substância apreendida em poder daquele seja juntado aos autos até 03 (três) dias antes da audiência de instrução, nos termos da Lei nº 11.343/06.

Em seguida, alega o embargante que o Acórdão impugnado conteria as seguintes omissões: 1) a ausência de indicação das formalidades que o Auto de apresentação e apreensão teria respeitado; 2) a ausência de indicação da prova de que pessoas da família do paciente teriam recebido a comunicação de sua prisão; 3) a ausência de indicação da prova de que paciente oferecia risco à ordem pública; 4) a ausência de análise das decisões transcritas pelo impetrante na petição inicial; 5) a ausência de apreciação da exigência legal de que o Ministério Público seja ouvido quando da transformação da prisão em flagrante em preventiva; e 6) a inobservância da Lei nº 11.343/06, que não autorizaria “inovação processual para conseguir prova”.

Em contrarrazões aos presentes Embargos, a Douta Procuradoria de Justiça asseverou inexistirem as apontadas contradições e omissões, argumentando, em essência, que: 1) o Acórdão argumentou de forma escoreita que é possível identificar que o Auto de Prisão em Flagrante foi lavrado na Delegacia de Prazeres, apesar da referência à “cidade de Prazeres”, mero erro material; 2) houve, igualmente, apenas erro material nos nomes das partes e da Procuradora de Justiça que constam do cabeçalho do Acórdão; 3) este último é claro quanto à identificação da autoridade policial responsável pela prisão do paciente, do escrivão, das testemunhas e do condutor; 4) a matéria atinente às notas de culpa e à necessidade de oitiva do Ministério Público foram enfrentadas



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO *HABEAS CORPUS* DE Nº 0325870-4 – VARA DA
COMARCA DE CARPINA

de forma satisfatória por este Juízo; 5) o fundamento do decreto prisional do paciente foi devidamente explicitado no Acórdão impugnado; e 6) a nítida intenção do embargante é revisitar matéria já devidamente apreciada por este Tribunal.

É o relatório.

VOTO

Senhores Desembargadores,

Sr (a) Procurador (a) de Justiça.

Anuncio, de prelúdio, que a presente insurgência recursal não merece guarida, pelos motivos que passo a expor.

Com efeito, sabe-se que o escopo dos embargos declaratórios, nos termos do artigo 619 do Código de Processo Penal, outro não é senão o de corrigir, na decisão atacada, a existência de eventual ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão.

Em suma, a referida espécie recursal tem a finalidade precípua de esclarecer a linguagem ou o conteúdo veiculados em uma decisão, não se prestando, pois, a debater a interpretação desenvolvida pelo julgador sobre o mérito da causa, e, sobretudo, a rediscutir matéria já devidamente apreciada pelo órgão embargado.

Por outro lado, como bem destacou a Ilustre Represente do *Parquet* em suas contrarrazões, a **contradição** sobre a qual versa o citado dispositivo legal e que autoriza a interposição de Embargos de declaração, é, evidentemente, aquela existente no próprio corpo da decisão atacada, vale dizer, aquela consubstanciada na **contrariedade entre duas ou mais assertivas nela veiculadas**.

Se assim não fosse, seria possível interpor Embargos declaratórios para impugnar **qualquer discordância** entre o teor de uma decisão e **elementos externos a ela**, como, por exemplo, as próprias alegações do embargante antes rejeitadas, o que, nitidamente, desvirtuaria a finalidade estritamente aclaratória do citado remédio processual e o confundiria com outras espécies recursais voltadas à rediscussão meritória.

Tecidas estas considerações, verifico, inicialmente, que, por não se referir ao teor do próprio Acórdão, mas sim a elementos externos, nenhuma das contrariedades apontadas pelo embargante corresponde à contradição que autoriza a interposição de Embargos de declaração.

A propósito, verifico que a alegada contrariedade existente nos nomes do impetrante, do paciente e da Procuradora de Justiça que constam do cabeçalho do Acórdão corresponde, em verdade, a um erro material, que, além de não desafiar a interposição do presente remédio processual, é insuscetível de invalidar ou nulificar o teor do citado *decisum*.

Outrossim, quanto à afirmação, feita por este Juízo, de que o Auto de prisão em flagrante do paciente indicou, como local de sua lavratura, a Delegacia de Prazeres, pertencente à cidade de Jaboatão dos Guararapes, vê-se que, em verdade, não está em contradição com as demais asserções feitas pelo próprio



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO *HABEAS CORPUS* DE Nº 0325870-4 – VARA DA
COMARCA DE CARPINA

Acórdão impugnado, mas sim com as próprias alegações do embargante, que insiste em alegar que a eventual indicação, pelo aludido documento, da inexistente “cidade de Prazeres”, ensejaria a sua nulidade.

Ainda nesse ponto, é de se destacar que o citado *decisum* apenas aludiu ao fato de que consta do Auto de prisão em flagrante transladado à fls. 37/41 a indicação da 19ª Circunscrição Policial - Delegacia de Prazeres como local de sua lavratura, o que é facilmente identificável a partir de sua simples leitura, de sorte que a eventual menção, em outro ponto do documento, à “cidade de Prazeres” configura mero erro material, não prejudicando a correta identificação do local de lavratura e não ensejando qualquer nulidade, como bem destacou a Douta Representante do Ministério Público.

Por sua vez, quanto à afirmação acerca da devida identificação dos nomes da autoridade policial responsável pela prisão em flagrante do paciente, do escrivão, das testemunhas e do condutor, tenho que, além de não configurar qualquer contradição com o teor do próprio Acórdão, pode ser ela perfeitamente verificada a partir da simples leitura dos Autos de prisão em flagrante e de apresentação e apreensão, transladados às fls. 37/41 e 42, sendo, pois, insubsistentes as alegações do embargado, como já exaustivamente asseverado por este Juízo.

Por derradeiro, observo que a insurgência contra a afirmação de que existiriam provas da materialidade do crime e indícios de autoria do paciente a autorizarem sua prisão preventiva não tem origem em qualquer contradição com outra assertiva do Acórdão, mas sim na interpretação que o embargante faz dos dispositivos da Lei nº 11.343/06, a qual o leva crer que o laudo preliminar de constatação não poderia dar substrato à citada custódia e o conduz a questionar o momento em que deve ser juntado o laudo definitivo.

Mais uma vez, sem que seja necessário analisar o acerto da aludida afirmação do embargante, é imperioso destacar que, por não se referir a elementos internos do próprio *decisum* atacado, a apontada contrariedade jamais poderia ser abordada em sede de Embargos de declaração.

Assim, nenhuma das contrariedades alegadas pelo embargante é suscetível de ser impugnada ou discutida nestes aclaratórios, vez que não corresponde, propriamente, à contradição elencada no art. 619 do Código de Processo Penal como desafiadora do citado remédio processual.

Por outro lado, acerca das omissões que desafiam a interposição do citado remédio, deve-se salientar que correspondem à falta de pronunciamento sobre uma ou mais **questões ou matérias** contra as quais se insurgiu, anteriormente, o embargante em sede de outro recurso ou remédio processual.

Outrossim, para exarar uma decisão acerca de qualquer matéria levada a seu conhecimento, não está o órgão julgador obrigado a analisar, uma a uma, todas as alegações a ela relacionadas e trazidas a tona pelos litigantes, bastando, para tanto, que indique apenas um fundamento ou linha de argumentação, **coincidente ou não com aqueles ventilados na irresignação.**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO *HABEAS CORPUS* DE Nº 0325870-4 – VARA DA
COMARCA DE CARPINA

No mesmo sentido é o entendimento consolidado no âmbito do Egrégio Superior Tribunal de Justiça e em outros tribunais pátrios, consoante se depreende do acórdão abaixo ementado:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. EFEITO INFRINGENTE. AÇÃO RESCISÓRIA. APELAÇÃO CONTRA SENTENÇA DE MÉRITO. TEMPESTIVIDADE. ERRO DE FATO. ART. 485, INCISO IX, DO CPC. RECURSO NÃO PROVIDO. 1- Embargos de declaração contra decisão que negou provimento a recurso especial recebidos como agravo regimental, dado o seu caráter infringente. **2- Não se encontra o órgão julgador obrigado a responder, um a um, a todos os argumentos suscitados pela parte, uma vez demonstrados, de forma suficiente, os fundamentos que embasaram a decisão.** 3 - Ao magistrado é facultado aplicar o direito ao caso concreto sob fundamentação diversa da invocada pela parte, razão por que não se tem por omissa, na espécie, a ausência de pronunciamento sobre os dispositivos suscitados(....). 5- Embargos declaratórios recebidos como agravo regimental, não provido. ..EMEN: (EDRESP 200200544570, MARIA ISABEL GALLOTTI - QUARTA TURMA, DJE DATA:11/12/2012 ..DTPB:.)

Nesta esteira, apenas existe verdadeira omissão quando a decisão impugnada deixar de abordar, **por completo**, determinada questão ou matéria, não havendo que se falar no citado defeito se o órgão julgador a aprecia com o auxílio de um único e suficiente fundamento, deixando de abordar um, alguns ou mesmo todos os argumentos apresentados pela parte.

Pois bem.

No caso vertente, verifico, de plano, que são inexistentes todas as omissões apontadas pelo embargante, vez que a matéria a elas associadas foi devidamente abordada por este Juízo, com indicação suficiente dos fundamentos que permitiram alcançar cada conclusão.

A propósito, observo que, no Acórdão impugnado, este Juízo apenas fez referência às formalidades do Auto de apresentação de apreensão (fl. 42) para corroborar com a prévia asserção de que a prisão em flagrante e o respectivo Auto (fl. 37/41) estariam desprovidos de qualquer nulidade, estes sim atacados pelo embargante no presente *Habeas Corpus*.

Por outro lado, a higidez da prisão em flagrante e do respectivo Auto restou suficientemente fundamentada na conclusão de que deles não constariam as irregularidades apontadas pelo embargante, como a ausência de indicação do local e da hora de lavratura, da autoridade por eles responsável, do escrivão, das testemunhas e do condutor.

Logo, a referência às formalidades respeitadas pelo **Auto de apresentação e apreensão** foi feita a título meramente **complementar**, sendo, pois, despiciendo que este Juízo as tivesse listado em sua **integralidade** para rebater a alegação ventilada pelo embargante acerca de eventual nulidade da prisão em flagrante e do respectivo Auto.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO HABEAS CORPUS DE Nº 0325870-4 – VARA DA
COMARCA DE CARPINA**

Similarmente, a indicação da prova de que os familiares do paciente foram comunicados acerca de sua prisão é absolutamente desnecessária para concluir acerca da higidez das comunicações efetuadas pela autoridade policial, eis que, conforme ressaltado pelo próprio Acórdão embargado, os atos administrativos dela provenientes gozam de presunção de veracidade e legalidade, sendo ônus do interessado comprovar qualquer afirmação em contrário.

Também quanto à análise dos motivos apresentados pelo magistrado de primeiro grau para fundamentar a prisão preventiva do paciente, tenho que foi suficientemente operada por este Juízo através da indicação de que a citada custódia restou motiva na gravidade concreta da conduta do paciente, associada à qualidade e à quantidade da droga apreendida em seu poder, cuja comprovação reside de forma intuitiva na prova da materialidade do crime e nos indícios de sua autoria delitiva, previamente apreciados por este Juízo.

Por outro lado, tenho que a alegação de que as decisões transcritas pelo impetrante na petição inicial não foram apreciadas se mostra totalmente insubsistente, vez que os documentos apresentados no presente *Habeas Corpus* foram suficientemente analisados por este Juízo nos pontos que se mostravam relevantes para a resolução da controvérsia ali abordada, tendo, inclusive, sido expressamente indicados para referendar algumas de suas próprias conclusões.

Igualmente, este Juízo *ad quem* não foi omissor na apreciação das exigências legais que concernem à participação do Ministério Público na prisão em flagrante do paciente, eis que refutou a alegação do impetrante no sentido de que a manifestação deste órgão seria necessária e concluiu pela exigência de sua mera comunicação, **indicando como fundamento legal o disposto no art. 306, caput, do Código de Processo Penal.**

Por fim, a eventual inobservância ao disposto na Lei nº 11.343/06, no tocante aos laudos preliminar e definitivo de substância entorpecente, ainda que existisse (o que, saliente-se, não é o caso), não configuraria omissão desafiadora de Embargos de declaração, mas sim discordância com o posicionamento ou a interpretação adotados por este Juízo, o que, como dito, deve ser impugnado através do remédio processual apropriado.

Em verdade, ao aludir a inexistentes contradições e omissões, verifico que o que busca o embargante é a reapreciação da matéria já devidamente abordada por este Juízo no âmbito do *Habeas Corpus* antes impetrado, para a qual é incabível a via processual eleita, como bem salientou a Douta Procuradoria de Justiça.

Assim, apesar de merecer ser conhecido, vez que alusivo, em tese, à existência de contradição ou omissão, o presente remédio deve ser rejeitado, eis que busca provimento jurisdicional para o qual é totalmente inadequado.

Por todo o exposto, conheço dos presentes embargos declaratórios, para, no mérito, votar no sentido de rejeitá-los.

É como voto.

Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto – Relator convocado